



**Entre discursos e práticas: a atuação do jornal “O Nordeste” no combate aos “maus costumes” (1922 – 1927)**

**Between speeches and practice: the role of newspaper “O Nordeste” in fighting “bad habits” (1922 – 1927)**

GOMES, Maria Adaiza Lima<sup>1\*</sup>

**Resumo:** O trabalho aqui apresentado discute a atuação e os discursos do jornal católico fortalezense *O Nordeste* na década de 1920. Este, por meio de queixas, notícias, denúncias e outros textos publicados em suas páginas, buscava influenciar as condutas da população, na tentativa de uma moralização comportamental para a sociedade fortalezense. Ou seja, havia um interesse, tanto por parte dos seus redatores, como dos próprios leitores, de estabelecer padrões comportamentais para a população local. Nesse momento, a cidade passava por uma série de mudanças como: a higienização e “progresso”, principalmente, por parte das elites e dos poderes públicos. Deste modo, os comportamentos tidos pelos grupos citados como transgressores foram combatidos com maior intensidade, inclusive nas páginas do citado periódico. Buscamos problematizá-lo a fim de analisar os discursos e as práticas utilizadas como instrumento moralizador dos fortalezenses.

**Palavras-chave:** Jornal *O Nordeste*. Moralização. Controle comportamental.

**Abstract:** The work presented here discusses the actions and speeches Fortaleza Catholic newspaper “The Northeast” in the 1920s. This, through complaints, news, reports, and other texts published in its pages, sought to interfere in the conduct of the population, in an attempt behavioral moralization of Fortaleza’s society. In order words, there was an interest on the part of its editors, as the readers themselves, to establish behavioral standards for the local population. At this time the city was undergoing a series of changes that would influence concerns with your organization, hygiene and “progress”, especially by the elites and government. Thus, the behavior taken by the groups mentioned as breakers are now fought with a higher intensity, even in the cited pages of the journal. Seek, problematize it in order to understand how, through speeches and other practices, was used as instrument of moralizing fortalezenses.

**Keywords:** Newspaper “The Northeast”. Moralization. Behavioral control.

A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes – essa expressão de Clóvis Rossi define bem a atividade jornalística. Compete ao historiador reconstituir os lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem múltiplas personagens.

Maria Helena Capelato

---

<sup>1\*</sup> Mestranda em História – Mestrado Acadêmico em História e Culturas – Centro de Humanidades – UECE – Universidade Estadual do Ceará, Campus do Itaperi - Av. Dr. Silas Munguba, 1700, CEP: 60.714.903, Fortaleza/CE. Bolsista FUNCAP. E-mail: adaizagomes@hotmail.com.

A Imprensa é composta pelos veículos que exercem o jornalismo. Ela atua por meio dos periódicos e de outros tipos de transmissão que possuem, principalmente, a função de informar o seu público. Porém, sabemos que mesmo que se pense ser neutra, ela carrega consigo muitos dos valores, ideias, crenças e intenções de quem a produz. Segundo Gabriel Tarde, ao falar dos publicistas: “Estes, bem mais que os homens de Estado, mesmos superiores, fazem a opinião e conduzem o mundo” (TARDE, 1992, p. 44). Concordando com a opinião do autor a respeito do poder da imprensa, de formação de opinião e de manipulação de ideias, acreditamos ser função do historiador, a partir de uma análise crítica, trazer à tona, conhecer, analisar e problematizar a história existente no universo da atividade jornalística.

Tania Regina de Luca, ao falar sobre a escrita da história dos, nos e por meio dos periódicos, nos diz que suas considerações apontam para:

Um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente (LUCA apud PINSKI, 2006, p 141).

Visto deste modo, nos propomos, no presente artigo, a analisar os discursos e outras atividades realizadas por redatores e leitores do jornal católico fortalezense *O Nordeste*, entre os anos de 1922 e 1927, a fim de perceber de que modo era utilizado, por membros da Igreja e das camadas abastadas da população, como instrumento moralizador, na tentativa de estabelecer um padrão comportamental para os fortalezenses. Por meio de notícias, queixas, denúncias, campanhas etc., buscava-se ajustar a conduta da população a uma moral católica e também civilizadora, criticando os comportamentos indesejáveis e ditando a maneira como se deveria agir no espaço urbano, o qual se pretendia que fosse ordenado.

Quando pensamos em *moral*, nos apropriamos das reflexões alçadas por Edward Thompson (1998, p.152), quando fala a respeito de uma “economia moral”. Segundo ele, esta “tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade”. Posteriormente, o autor nos diz que uma “norma moral” está relacionada “ao que *devem* ser as obrigações recíprocas dos homens” (THOMPSON, 1998, p. 162). A partir do que é expresso pelo autor, percebemos que a *Moral* está diretamente ligada ao dever. Assim, uma ação realizada de acordo com a *Moral* é uma ação realizada por respeito ao *Dever*.

Nesse sentido, acreditamos que os discursos do periódico aqui estudado apontavam para uma *Moral* católica, mas também adequada à cidade civilizada pretendida pelas elites e pelos poderes públicos. Sendo assim, os redatores de O



*Nordeste* explicitavam quais as normas e obrigações que os cidadãos fortalezenses deviam seguir naquele período, ou seja, como deveriam agir no espaço urbano.

Mesmo não se tratando de um órgão oficial da Igreja Católica, era conservador e de orientação religiosa, pois fora fundado por Dom Manuel da Silva Gomes, terceiro bispo e primeiro arcebispo cearense (1912-1941). Este resolveu fundar o periódico exatamente com a finalidade de preservar e disseminar os interesses da Igreja na região e de aproximar a população dessa religião e dos seus princípios.

Conforme Pinheiro (2013), com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, que separou oficialmente a Igreja do Estado, o poder da primeira diminuiu. A partir desse momento, ela passou a sentir a necessidade de reaproximar seus fiéis e de manter sua influência na sociedade brasileira. Foi com essas intenções que, no início do século XX, ocorreu, com certa frequência, a fundação de jornais católicos no Brasil, justamente como forma de divulgar seus princípios.

Como vimos, a Igreja Católica se utilizou da chamada “boa imprensa” para disseminar e defender sua doutrina. Porém, esse objetivo foi realizado também devido à ajuda de intelectuais católicos leigos, ou seja, pessoas que não pertenciam ao clero. “Coube a intelectuais leigos da classe média urbana brasileira a tarefa de divulgação da doutrina religiosa, porque faltavam, nos quadros do clero, sacerdotes com preparação suficiente para essa incumbência” (FURTADO, 1990, p. 9).

Com a mesma intenção foi que, na quinta-feira dia 29 de junho de 1922, fora lançado em Fortaleza *O Nordeste*, que circularia até o ano de 1967<sup>2</sup>. Seus redatores eram Andrade Furtado e José Martins Rodrigues e era administrado por Ildelfonso de Araújo. Sua publicação era diária contendo quatro páginas, desde o ano de sua fundação até o ano de 1926. Já no ano de 1927, o periódico dobrou o número de páginas publicadas, ou seja, passou de quatro para oito e, posteriormente, passou a ter duas edições, a matutina com oito páginas e a vespertina com quatro. Sua assinatura anual custava 30\$000 e a semestral custava 16\$000. Porém, em setembro do mesmo ano houve a alteração de preço isto é, as assinaturas vespertinas e matutinas passaram a ter valores diferenciados. A do matutino custava 40\$000 por ano, 25\$000 por semestre e 15\$000 por trimestre. A do vespertino custava 25\$000 anualmente, 15\$000 semestralmente e 10\$000 trimestralmente. Eram vendidos ainda os números avulsos, que valiam \$200 o do dia e \$300 o atrasado.

Em todas as edições podemos encontrar uma variedade de anúncios de produtos e serviços. Eram bastante comuns as publicidades de automóveis, de pneus, de bancos, de loterias, de advogados, de médicos, de farmácias,

2 Neste ano o jornal foi à falência, devido a uma crise financeira. Porém segundo Ricarte (2009), “não é sábio estabelecer a crise financeira como uma explicação simplista, uma fórmula de causa e efeito para o fechamento do jornal, existe toda uma composição para que essa crise financeira tenha tido o êxito do fim do jornal, um contexto externo entre novas visões do Vaticano II, a situação da igreja em Fortaleza e as ações do regime militar e um contexto interno onde as mudanças de postura influenciaram um novo olhar sobre o jornal *O Nordeste*”.



de remédios, de colégios, de lojas, de alfaiates, de cervejas, de cigarros etc. De acordo com o próprio jornal, todos os anúncios deveriam ser pagos adiantadamente. Não sabemos se *O Nordeste* era financiado somente pelo dinheiro arrecadado por meio de assinaturas e publicidade, mas acreditamos que essa renda contribuiu para o lucro do periódico.

Quanto à presença de imagens, percebemos que as fotografias apareciam geralmente nas notícias de primeira página, quando estavam relacionadas às personalidades importantes, como membros do clero ou políticos. Era comum encontrar imagens também nas publicidades, como as de remédios, por exemplo. Porém, neles apareciam somente gravuras.

Seus leitores tinham um perfil religioso, católico, porém acreditamos que seus discursos extrapolavam para o restante da população. Em suas edições, além de notícias do país e do mundo, sempre estavam presentes matérias religiosas e de cunho moralizador. Cada edição continha uma citação diferente, no canto direito da primeira página, ao lado do nome do jornal, que deixava clara a sua intenção de divulgar a religião católica e as normas de conduta que os católicos deveriam seguir. No dia 05 de outubro de 1922, por exemplo, foi publicada a seguinte frase de Washington: “A religião e a moral são os primeiros bens de um homem livre”. Ela demonstra a importância dada a esses valores e a intenção dos redatores do periódico de difundi-los para seus leitores, passando a ideia de serem bens que deviam ser preservados.

Em suas edições, a folha tinha um espaço aberto para reclamações dos leitores a respeito de fatos ocorridos na cidade. Eram as *Queixas do Povo*. Porém, em outros locais, também poderiam ser encontradas as reclamações feitas pela população. Tinha também uma coluna reservada para a divulgação das ocorrências policiais, a qual pode ser vista como um reforço à sua opinião a respeito de comportamentos que transgrediam a ordem. No período por nós analisado, o quadro não tinha um título definido, sendo denominado, às vezes, como *Pela Polícia*, e outras como *Na Polícia*. Existia também a coluna *Com a polícia*, que era reservada para as denúncias, por meio das quais os habitantes da cidade cobravam providências por parte da polícia a respeito dos crimes e transgressões que aconteciam em Fortaleza.

Escolhemos o ano de 1922 como sendo o ponto de partida desse trabalho porque foi o ano de fundação do periódico aqui analisado. Desde o primeiro momento, verifica-se a intenção tanto do fundador como de seus redatores, de defender os interesses católicos e moralizar o público leitor, por intermédio de suas citações de primeira página, das notícias, das denúncias etc.

Finalizamos nosso recorte temporal no ano de 1927, pois, diante de nosso trabalho de pesquisa, percebemos uma diferenciação no modo de



proceder e até mesmo na confecção do jornal e dos assuntos abordados. Isso porque foi um ano de crescimento para *O Nordeste*. Ele passa a ser o diário de maior assinatura do estado e começa a ter duas publicações diárias, uma de oito páginas pela manhã e uma de quatro páginas pela tarde.

Deste modo, diminuem as publicações no que diz respeito ao comportamento da população, dando espaço para assuntos variados. Diminuem consideravelmente as queixas e as cartas de leitores e desaparecem as campanhas, ao passo que aparecem outras preocupações, como a política e as epidemias, a exemplo da gripe e da lepra. Aparece também um maior número de notícias, nacionais e mundiais, e de anúncios. Surgem novas colunas, como a seção de contabilidade, a seção charadística, a página dos municípios, a página jurídica, a página rural, a página literária, a página desportiva, a página feminina e a página colegial.

Não estamos afirmando que nesse ano *O Nordeste* perdeu totalmente a característica que tinha de aconselhar, criticar e tentar intervir nos hábitos dos fortalezenses, mas que, a partir desse ano, os discursos em relação ao comportamento, que eram vistos quase que diariamente no começo de suas publicações, passam a ser vistos com uma frequência bem menor.

Como falamos acima, *O Nordeste*, desde sua fundação teve a função de defender o catolicismo e de difundir os princípios cristãos. De acordo com Lima (2013), tinha como colaboradores na confecção dos seus textos tanto membros da Igreja, a exemplo de padres, como um grupo de intelectuais laicos, inseridos em uma elite intelectual e política da cidade de Fortaleza que, além de defenderem e difundirem os ideais católicos, utilizavam-se do periódico, também, para a disseminação dos seus pensamentos, que extrapolavam o campo religioso.

Alinhando nosso pensamento com a perspectiva de Le Goff (2003, p. 536), acreditamos que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. Deste modo, é nosso papel lançar um olhar crítico sobre nosso objeto, pois, a partir de suas publicações, os acontecimentos da época foram transmitidos aos diversos setores da sociedade sob a visão do grupo responsável pela sua edição e impressão, assim como suas ideias.

Para compreendermos o ponto de vista defendido nas páginas do *O Nordeste*, devemos percebê-lo não só como um instrumento de evangelização utilizado pela Igreja, mas também como meio utilizado pelos citados intelectuais laicos, membros das elites locais, para defender seus interesses e seus valores. Assim, como na historiografia a contextualização temporal e a espacial andam

juntas na delimitação de um objeto, consideramos necessário pensar na cidade de Fortaleza daquele período. Segundo Ítalo Calvino:

Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado (CALVINO, 2006, p. 14).

Como sugere Calvino, o que interessa na cidade não é somente seu espaço, mas sim a relação entre ele e seus habitantes. São as práticas sociais nele vivenciadas e os seus significados que fazem a história. Pensando nessa conexão, entre a cidade e as práticas sociais nela existentes, compreendemos que, ao entender o momento pelo qual passava a cidade de Fortaleza, no início do século XX, entenderemos também muitos dos pensamentos, normas e valores nela difundidos por seus habitantes.

Pensar Fortaleza, nesse período, quase sempre é pensar nas transformações pelas quais a cidade passou naquele momento. Esse foi um período em que a ela já havia experimentado, do final do século XIX para o começo do século XX, um crescimento econômico e social e com ele também experimentou remodelações urbanas<sup>3</sup>. Assim, novas camadas sociais foram surgindo ou se consolidando, como os comerciantes, por exemplo, e com elas, novos espaços de sociabilidade e novas regras de comportamento.

Na virada do século XIX para o século XX, com a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, as cidades brasileiras, principalmente as capitais, passaram por transformações ocorridas nos campos político e econômico que intensificaram o seu desenvolvimento e urbanização. Acentuou-se, também, nos principais centros urbanos, uma busca em se alinhar com a modernidade. De acordo com essa perspectiva, para os setores dominantes, essas cidades deveriam ser remodeladas e ordenadas.

Conforme nos diz Ponte (2001), guardadas as particularidades de cada centro urbano, ocorreu, nesse período, mais ou menos o mesmo processo nas mais importantes cidades brasileiras. Processo no qual ao mesmo tempo em que se procurava remodelar estruturalmente o espaço público, havia também a intenção de adequar o comportamento da população a ele.

Procurou-se inserir nas cidades novos hábitos, cuidados higiênicos e interesse para o trabalho. A partir de então, todos os comportamentos que não

<sup>3</sup> Podemos citar, como exemplos dessa remodelação: a instalação da iluminação a gás carbônico (1867); a elaboração da “Planta Tipográfica de Fortaleza e Subúrbios” pelo engenheiro e arquiteto pernambucano Adolfo Herbst (1875), inspirado nas reformas de Paris feitas pelo Barão de Haussmann; a inauguração dos bondes à tração animal (1880) e do Passeio Público (1880), assim como o aformoseamento das praças da cidade.





estivessem nesses moldes, seriam considerados, pelos setores dominantes, obstáculos para a inserção do progresso. Em Fortaleza, a partir da segunda metade do século XIX, com maior intensidade na Primeira República, ocorreram tentativas parecidas de civilização da cidade. Os principais grupos interessados por essa remodelação foram o dos comerciantes, enriquecidos com as importações e exportações e o dos profissionais liberais, entre eles uma elite de intelectuais (PONTE, 2001).

Assim, o desenvolvimento provocado pela exportação do algodão cearense para a Europa, criando-se condições para que Fortaleza se tornasse o principal núcleo urbano, tanto econômico, como político do Ceará, e possibilitando um maior intercâmbio com outras cidades do Brasil e do exterior, dando assim impulso a essa pretensão remodeladora da cidade (PONTE apud SOUSA, 2007; BARBOSA, 1997).

Ponte (apud SOUSA, 2007, p. 163) nos diz que:

Ante a essa inédita expansão econômica e urbana de Fortaleza, convinha aos poderes públicos, elites enriquecidas, e setores intelectuais procederem um significativo conjunto de reformas urbanas, capaz de alinhar a cidade aos códigos de civilização, tendo como referência os padrões materiais e estéticos dos grandes centros urbanos europeus.

Essas modificações, porém, não se deram apenas na estrutura física da cidade, mas também no meio social:

Na esteira daquele contexto de crescimento econômico-urbano, a estrutura social da cidade também sofreu importantes modificações com a emergência de novos grupos dominantes, a constituição de camadas médias afluentes compostas em razão da proliferação de profissionais liberais, além de um contingente de trabalhadores pobres [...] (PONTE, 2001, p. 24).

De acordo com o autor, o crescimento da população, nesse período, deve-se aos seguintes fatores: o crescimento comercial, novos serviços urbanos, a industrialização, a abolição do trabalho escravo e as secas periódicas. Devido a esse aumento populacional, teriam crescido os problemas sociais, pois se dificultou o controle da população (PONTE, 2001, p.24).

Para Ponte (2001), as elites acreditavam que, naquele momento, para que o processo de remodelação da cidade se concretizasse, era preciso, também, que ela acontecesse concomitante a uma disciplinarização social. As mudanças na cidade deveriam se estender ao comportamento de seus habitantes. A partir da leitura de obras como a de Ponte, e também do próprio *O Nordeste*, podemos perceber a presença de discursos em torno das ideias de progresso, de civilização e de ordem, assim como intervenções



remodeladoras do espaço e das condutas que, para as elites, poderiam significar a “modernidade” se aproximando cada vez mais.

Os periódicos do período tiveram papel muito importante na disseminação de tais discursos. Por meio de notícias, queixas, denúncias etc., publicadas cotidianamente, tanto redatores como leitores de alguns jornais da cidade buscavam ajustar a conduta da população a uma moral civilizadora. Para eles, comportamentos como a vadiagem, o alcoolismo, a prostituição, os quais eram realizados principalmente, pelas camadas populares, eram tidos como transgressões, como práticas que deveriam ser evitadas, pois representavam atentados contra a moralidade e a ordem pública.

Porém, apesar dessas semelhanças entre os periódicos fortalezenses do período, percebemos singularidades existentes no *O Nordeste*. A característica que, no nosso ponto de vista, foi a mais relevante é a articulação entre seus discursos e determinadas práticas. Ou seja, *O Nordeste* teve uma participação diferenciada, pois ele não só divulgava suas ideias, mas também procurava outras formas de contribuir para que os “maus comportamentos” fossem combatidos. Um bom exemplo disso é a prática do campanhismo. Além de tentarem disseminar seu ponto de vista a respeito de como a população deveria agir, os redatores do periódico davam início e colocavam em prática diversas campanhas moralizadoras a fim de mobilizar tanto os poderes públicos como a própria população a combaterem os “maus costumes” que, muitas vezes, eram retratados como problemas sociais.

No ano de 1922, por exemplo, o periódico começou uma campanha contra a jogatina existente na cidade na qual, quase todos os dias eram publicadas denúncias de casas de jogos e eram pedidas providências por parte das autoridades policiais para solucionar o problema. Durante todo o ano foram publicadas em quase todas as edições, matérias, notícias e denúncias sobre os jogos de azar, além de textos que tinham a intenção de moralizar os leitores, criticando a prática e apontando os males trazidos por ela.

Na edição de 14 de outubro de 1922 procurava-se passar a seguinte ideia: “o jogo arrasta todos os vícios e bem cedo à esteira de crimes irremediáveis pesará, como chumbo, na consciência dos que, podendo evitar, consentem a tamanho atentado aos bons costumes da nossa terra”. Ou seja, na intenção de impedir que seus leitores jogassem, era passada a ideia de que o jogo induziria o indivíduo ao vício e a praticar crimes. No trecho apela-se inclusive para o lado emocional do leitor, dando a entender que quem não evitasse o jogo teria a consciência passada por atentar aos bons costumes da cidade.





A seguinte notícia a respeito do fechamento de nove casas de jogos nos traz um exemplo dos discursos publicados em suas páginas e da sua forma de atuação contra os jogos de azar:

Ainda bem que não ficou sem as atenções devidas o apelo que fizemos às autoridades competentes sobre a extinção da jogatina desenfreada que ora reina em nossa capital.

**Estaremos sempre a postos para combater o mal e propugnar com desassombro por tudo quanto for em benefício social.**

O Sr. Dr. Delegado de policia já começou a encetar a sua campanha benfazeja contra o jogo.

Conforme ontem noticiamos aquela autoridade fechou nove casas, onde se explorava criminosamente as economias dos incautos e promete prosseguir energicamente no sentido de sanear essa praga.

De nossas colunas **apontamos as espeluncas que acaso fujam á vigilância policial**, para que com mais facilidade possa agir a autoridade. (O JOGO – Deliberações..., 06 de julho de 1922, p.1. Grifos nossos).

O autor começa falando do sucesso das denúncias publicadas no periódico a respeito do jogo na capital, ao mesmo tempo em que expressa o seu alívio porque as autoridades deram sua atenção ao fato. No entanto, podemos constatar também que, naquele momento, a extinção do jogo como se planejava, era uma tarefa difícil, visto que, como o próprio texto fala, ele estava bastante disseminado na cidade. Era uma prática “desenfreada”.

Em seguida, podemos perceber novamente a função do jornal de moralizar a população, afirmando que estava “sempre a postos para combater o mal”. A justificativa para a sua conduta seria por agir a favor do bem da sociedade. Logo depois, noticia a ação da polícia contra o jogo, mas não só isso, aproveita para deixar sua opinião a respeito das casas de jogos, as quais chama pejorativamente de “espeluncas”. Afirma, então, que tais casas aproveitaram-se dos jogadores desprevenidos para lhes explorar suas economias.

Ainda no mesmo trecho, podemos observar também a analogia que comumente se fazia do jogo com doenças, quando se afirma que a polícia promete agir no sentido de “sanear essa praga”. Portanto, a prática é apresentada como sinônimo de doença. Por fim, é demonstrada a intenção dos redatores de continuar promovendo a campanha contra a jogatina, quando

afirmam que continuarão denunciando as casas de jogos as quais a polícia não estivesse vigiando.

Como forma de divulgar o trabalho feito pela polícia, sempre que ela fechava casas de jogos fazia-se questão de publicar a notícia no jornal. Durante todo o ano de 1922 e nos anos seguintes, continuaram as denúncias no periódico e as consequentes respostas da polícia.

De fato os jogos eram muito presentes na cidade e contrariavam os valores defendidos pelo jornal. Eles consistiam em infrações proibidas por lei, com punições previstas tanto para quem os praticasse como para quem incentivasse sua prática. Eram considerados jogos de azar, de acordo com o artigo 130 do Código Penal Brasileiro (1928)<sup>4</sup>, aqueles em que o ganho e a perda dependessem exclusivamente do fator sorte. Porém, as loterias, mesmo tendo esta mesma característica, não eram criminalizadas. Acreditamos que serem legalizadas e, na maioria das vezes exploradas pelo próprio Estado, não eram combatidas no discurso do periódico. Pelo contrário, podemos encontrar com grande frequência, as propagandas de loterias entre os anúncios do *O Nordeste*, como no dia 22 de março de 1923, quando o jornal trouxe o seguinte texto: “Qualquer pessoa poderá ficar RICA gastando apenas 500 réis, preço de um décimo de bilhete da loteria da Bahia” (O NORDESTE, 22 de março de 1923, p. 4.).

Outra característica que podemos observar é a utilização de metáforas no discurso do periódico. Como percebemos, sua utilização distorce o sentido real do termo sobre o qual se fala. Sendo ele trocado ou comparado a outro que lhe dá uma conotação que está para além do seu sentido literal. No trecho do *O Nordeste* citado anteriormente, o autor compara o jogo de azar a uma doença quando diz que a polícia promete “sanear essa praga”. Em uma citação de Ruy Barbosa, publicada no ano seguinte, o jornal novamente traz essa comparação quando diz que o jogo seria uma “diátese cancerosa”<sup>5</sup>, uma doença que afetaria o caráter do homem, seria “a lepra do vivo, o verme do caráter” (O NORDESTE, 28 setembro de 1923, p. 1).

Percebendo isso, alinhamos o nosso entendimento a respeito dos *discursos* com a perspectiva de Michel Foucault, quando afirma que estes são “[...] práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. [...] É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 1986, p. 56).

4 Dec. nº 847, de 11 de outubro de 1890.

5 A diátese é uma predisposição do organismo a ser atacado por determinada doença. No caso do texto citado, o autor comparou o jogo com uma predisposição do organismo a adquirir um tipo de câncer do caráter.



Portanto, os discursos são práticas que possuem intencionalidades implícitas e o ponto de vista de quem os produziu. Eles contêm significados e são construídos com objetivo de formar visões sobre os objetos de que falam. No caso analisado no presente trabalho, os discursos eram publicados com o objetivo de divulgar o ponto de vista dos redatores do *O Nordeste* sobre o comportamento dos habitantes de Fortaleza, ao mesmo tempo em que se tentava traçar um imaginário social carregado de simbolismos que contribuíam para a formação de uma imagem ruim, por parte do público, em relação aos comportamentos considerados transgressores principalmente para as camadas abastadas. Dessa maneira, percebemos que os grupos que produziam o periódico se utilizavam da imprensa para disseminar seu discurso moralizador na sociedade fortalezense, buscando torná-la uma sociedade ordenada.

Assim como o jogo, o álcool representava o gasto e também o ócio, o que ia na contramão dos valores defendidos pelo jornal e, principalmente, pelas elites locais. Valores que giravam em torno das ideias de civilização, disciplina e de produtividade para o trabalho. De acordo com eles, caberia ao homem ser o provedor da família, devendo, assim, evitar gastos e poupar o salário que deveria ser destinado ao sustento da família. Assim, toda atividade que desviasse o homem dos caminhos do trabalho, ou o tirasse do sossego do lar, era retratada como atentado à moral e aos bons costumes, conduta não civilizada e como problema social. Além disso, segundo Ana Lúcia Rosa (2003), nesse período, o alcoolismo era descrito pelos médicos como uma ameaça não só à saúde de quem bebia, mas também como uma ameaça ao desenvolvimento e à higiene pública, ou seja, era visto como um problema social.

Costa (2009) afirma que a preocupação com a embriaguez pública, em Fortaleza, esteve presente no discurso governamental desde o final do século XIX. Essas preocupações e a ideia de álcool como veneno e como uma doença social teriam se intensificado nas primeiras décadas do século XX,

Alguns fatores, porém, possivelmente contribuíram para a intensificação do combate ao alcoolismo. No ano de 1918 ocorreu o restabelecimento da chefatura de polícia (Ibid., p. 18), que possibilitou o aumento do número de prisões relacionadas à embriaguez. Mais ou menos nesse mesmo período surgiram jornais como o *Correio do Ceará* (1915) e *O Nordeste* (1922) que passaram a noticiar as prisões ocorridas na cidade.

No caso do *O Nordeste*, existia uma coluna reservada para a divulgação das ocorrências policiais. Assim, foi criada uma espécie de parceria entre a polícia e os redatores do periódico, na qual aquela cumpria seu papel de prender os bêbados e estes divulgavam o ocorrido. No dia 20 de fevereiro de 1925, por exemplo, o seguinte texto foi publicado no quadro *Pela Polícia*:



Ontem, cerca de 23 horas, José Dornellas Campos andava bastante alcoolizado no Calçamento de Messejana. Ao entrar no beco Dionísio Torres, encontrou-se com José Eufrásio da Costa, com quem trocou palavras ásperas resultando forte pancadaria de bengala.

José Dornellas recebeu vários ferimentos na cabeça no rosto.

Banhado em sangue foi transportado pelo auto ambulância da Assistência para o hospital da S. Casa, onde recebeu curativos.

Na polícia foi instaurado o inquérito, tendo sido preso o agressor (O NORDESTE, 02 de fevereiro de 1925, p. 3.).

Pelo que foi noticiado, José Campos agiu violentamente contra José da Costa sem um motivo aparente. Logo no início do texto é salientado que o agressor andava “bastante alcoolizado”. Isso leva o leitor a entender que a agressão foi um efeito da bebida, ou seja, que por ter ingerido álcool José Campos ficou violento e por isso discutiu e bateu na vítima. A relação que se fazia entre a embriaguez e os crimes, como portes de armas e, principalmente, as desordens e os ferimentos era muito comum nas notícias publicadas no *O Nordeste*. Seu discurso contribuía para a formação da imagem do bêbado como um criminoso, buscando alimentar o temor e a repulsa a este por parte da população.

Além das ocorrências policiais, também eram publicados outros textos de cunho moralizador, na intenção de impedir os leitores de consumir as bebidas alcoólicas. No texto a seguir, baseado em estudos médicos, o padre A. Pequeno fala sobre os males trazidos pelo consumo de bebidas alcoólicas e faz a ligação do consumo de álcool dos pais com muitos problemas dos filhos, entre eles doenças genéticas e problemas mentais:

Há uma campanha salutaríssima que toda imprensa moralizada deve secundá-la com empenho: a campanha contra o abuso do álcool.

Dentre os problemas sociais da hora presente que mais reclamam atenção e carinhosa vigilância dos governantes, avulta-se o vício daninho da embriaguez, os abusos satânicos do álcool.

O Dr. Bourilhou, notável médico e exímio psicologista declara peremptoriamente: “o álcool faz do honesto chefe de família um ser mau e terrível, faz sofrer os seus. Imprime as suas taras no corpo e

na alma dos filhos, que serão degenerados, débeis, sem forças e sem virtudes”.

[...] O Dr. Austrogesilo, nos seus variados estudos clínicos sobre doenças mentais apela para os degenerados pais alcoólicos a responsabilidade das variadas moléstias orgânicas dos filhos.

As características, porém, falam mais alto do que os preceitos clínicos em 362 filhos de alcoólicos, 23 nascem mortos, 107 morrem entre convulsões, 96 são epiléticos, 16 histéricos, 41 idiotas ou loucos e apenas 70 normalmente constituídos.

Nas escolas da heroica Bélgica, estão inscritos nos frontispícios estes salutareis dizeres: < a porta de taberna conduz à prisão e ao manicômio; preveni- vos do uso do álcool (O NORDESTE, 25 de outubro de 1922, p. 3).

O padre começa por falar da campanha antialcoólica, realizada não só pelo *O Nordeste*, mas segundo ele, por toda a imprensa moralizada. Fazendo uso do termo “salutaríssima” diz que a campanha seria extremamente favorável à saúde. Já nesse trecho do texto, podemos perceber a influência do discurso médico no combate ao álcool.

Em seguida, o “vício” da embriaguez é citado como um dos maiores problemas sociais do momento e sugere-se que Estado deve dar sua atenção a esse fato. Além disso, o ato de beber é retratado como algo satânico, o que, provavelmente poderia induzir o leitor religioso a não mais realizá-lo. Após dar a sua opinião a respeito do alcoolismo, o padre começa a falar dos resultados das pesquisas médicas, o que, além de reforçar a ideia de que álcool traz malefícios, legitima também seu discurso.

O médico citado assinala os efeitos do álcool sobre o indivíduo. Esse efeito, porém, iria além do estado de embriaguez. De acordo com o texto, ele mudaria o caráter do alcoólatra, transformando-o em um mal para a sua família. A partir daí podemos perceber que o discurso antialcoólico sempre colocava a família como a vítima do álcool. Daí viria o seu perigo. A família sempre era retratada como uma instituição muito importante para aquela sociedade. O álcool como um “destruidor” das famílias, seria também um perigo para a sociedade.

De acordo com o texto, o “pai de família honesto”, ao se tornar um consumidor de bebidas alcoólicas, estaria trazendo muitos problemas físicos para os filhos, ou seja, os efeitos do álcool seriam hereditários, já que o médico aponta para “os degenerados pais alcoólicos a responsabilidade das variadas moléstias orgânicas dos filhos”. Além disso, com a frase final insinua que além dos problemas para os filhos, a bebida também levaria ao crime e à loucura. O

periódico, baseado nos discursos médicos, sempre buscava passar ideia de que o álcool fazia mal para a saúde e corrompia os costumes dos que o consumiam.

Porém, percebemos uma contradição entre o que era dito nos textos publicados no periódico em relação ao álcool e os anúncios publicados no mesmo. Ao mesmo tempo em que se combatia o alcoolismo, fazia-se propaganda de bebidas alcoólicas, principalmente das cervejas, como no dia 02 de setembro de 1922:

Chegou o novo tipo da cerveja Hanseática

Preparada para atender, exclusivamente, às exigências do paladar cearense. Quem beber um copo da cerveja HANSEÁTICA, não beberá mais de outra qualidade. É atualmente a cerveja da moda. Não tem rival. Experimentem!

Companhia Hanseática --- Rio de Janeiro

Agente geral no Ceará – Álvaro de Castro Correia (O NORDESTE, 02 de setembro de 1922, p. 2).

Acreditamos que o motivo disso seja porque, segundo Costa (2009), nesse período, no Ceará, ampliaram-se as importações de bebidas de outros estados e também estrangeiras, como cervejas, vinhos e licores e whiskys, sendo vendidas como produtos higiênicos e elitizados. Já o ato de beber cachaça era visto pelo discurso médico como pouco higiênico e civilizado. De acordo com Rosa (2003, p. 18), existia uma “associação dessa bebida ao alcoolismo e também a um determinado grupo social, o dos homens pobres, aqueles que, por sua condição social, já eram vistos como suspeitos”.

É importante perceber, ainda na citação acima, a repercussão que os discursos publicados no *O Nordeste* poderiam ter exercido naquela sociedade. O autor do texto foi um padre, uma autoridade religiosa. Ao se pronunciar determinado assunto, este, exercendo seu papel de representante da Igreja, poderia influenciar a opinião de um grande público, visto que Fortaleza naquele momento era uma terra na qual a religião católica era fortemente arraigada. Nesse sentido, acreditamos que, para a população local, o ponto de vista de um padre seria muito importante e, conseqüentemente, teria um grande poder de influência.

Além do padre ainda temos a citação das ideias de um médico. A utilização de um saber científico pode ser vista como mais uma maneira de influenciar os leitores a não consumirem álcool. Além disso, o discurso médico seria uma maneira de legitimar a campanha contra o alcoolismo feita nas páginas do periódico.





Como o discurso médico era um dos saberes científicos em destaque na sociedade, naquele momento, ele contribuiu muito para a luta contra estas atividades. O médico tinha o papel de conselheiro, mais do que curar as enfermidades, usando seu discurso, ensinava aos indivíduos as regras de higiene a serem respeitadas, em benefício de sua saúde e da saúde pública. Daí, investir na saúde pública significava ter cuidado não só com as doenças, mas sim com os comportamentos, que incluem desde a organização dos espaços, o comer e o beber até a sexualidade. É nesse contexto que se insere outra prática bastante criticada no periódico em estudo: a Prostituição.

Esta, apesar de não ser caracterizada como um crime pelo Código Penal Brasileiro era vista pelos médicos como sinal de doenças e de perigos tanto para o indivíduo, como para as famílias e para a sociedade como um todo. Com a busca pela higienização das cidades, se fez forte a presença de um discurso médico que buscava combatê-la, visto que o espaço urbano deveria ser organizado e higienizado. Destarte, passou a ser vista como uma doença social (ENGEL, 1988).

Ela seria uma prática avessa ao que se esperava de uma mulher naquele momento. Ao prostituir-se, a mulher estaria rompendo com o seu papel de esposa e mãe, zeladora da família. A prostituta fugia do padrão ideal de mulher representava o perigo de degeneração da família e da sociedade como um todo (ENGEL, 1988).

Era também uma prática fortemente ligada à ideia do desperdício. Seria um dos fatores destruidores do patrimônio das famílias. Ela seria o foco de degeneração do trabalho e da propriedade do homem/pai. Que estaria gastando o dinheiro, fruto do seu trabalho, que deveria ser repassado ao lar, com uma prática física e moralmente degradante (ENGEL, 1988).

No ano de 1923, o periódico deu início a uma campanha moralizadora contra a prática em Fortaleza:

[...] Mas nós estamos dispostos a fazer agir a polícia, levá-la ao cumprimento de seu dever, em que ela é tão lamentavelmente negligente.

Com esta nota de hoje, iniciamos uma campanha viva de moralização social, na qual esperamos contar com o apoio dos leitores dignos. Estes tem a obrigação moral de colaborar conosco para esse *fim*.

Portanto devem trazer-nos para que denunciemos todos os fatos que para tal possam concorrer, bem como o rol das casas de perdição que chegarem ao seu conhecimento, de modo a que possamos apontá-

las a vigilância das autoridades policiais (O NORDESTE, 26 de maio de 1923, p1.)

O *Nordeste*, desse modo, toma a frente no combate à prostituição na cidade. A justificativa para seu empenho em denunciar a prática seria porque a polícia não cumpria o seu papel de combatê-la. Uma reclamação publicada no jornal daria uma maior visibilidade ao fato. Assim, a população também passaria a reclamar com uma maior intensidade. O próprio jornal pede a colaboração dos leitores “dignos”, que teriam a obrigação moral de fazê-lo. Implicitamente, o autor diz que quem não colaborasse não era digno, não teria moral. Com essas denúncias por parte da imprensa e da população, a polícia se sentiria constrangida a realizar seu papel na luta contra a prática. Durante este ano de 1923, as denúncias apareceram mais veementemente. Elas eram publicadas em um quadro chamado *Pela moralização social*.

Durante os outros anos, era comum encontrar queixas sobre a prostituição na cidade e reclamações a respeito do comportamento tanto das prostitutas como de seus clientes em quadros como *As queixas do povo* e *Com a polícia*. A contribuição dos leitores no combate ao meretrício foi bastante presente, principalmente através de cartas anônimas publicadas nesses dois quadros do jornal. Na seguinte carta, em que o leitor assina somente como “Um pai de família”, é feita a denúncia que um grupo de prostitutas que planejavam alugar um sobrado na Praça do Ferreira:

Ilmo. Sr. Redator d<O Nordeste>.

Como tem sido este órgão o único a fazer campanha contra a indecência praticada por mulheres de vida alegre, venho por meio desta comunicar-lhe que um grupo de mulheres pretende alugar o sobrado n. 215, à Praça do Ferreira, para se estabelecer e, como só pode, ofender o decoro da nossa sociedade, é mister que v.s. chame a atenção das autoridades para este fato.

Certo de que fará v.s. mais um benefício às famílias que frequentam a Avenida 7 de Setembro subscrevo me atenciosamente.

*Um pai de família*. (O NORDESTE, 16 de maio de 1924, p. 2).

O leitor, então, pede ao redator que chame a atenção das autoridades para que não deixem as citadas mulheres alugarem o sobrado. Ou seja, queria impedir a prostituição naquele local antes mesmo de que ela se consumasse. O argumento utilizado é de que elas, certamente, ofenderiam o decoro da sociedade e que impedir que isso acontecesse seria “mais um benefício às famílias que frequentam a Avenida 7 de Setembro”. Mais uma vez *O Nordeste*



aparece como um defensor das famílias e o próprio autor da carta deixa claro que o motivo de ter enviado a carta ao jornal é por ele ser o único órgão a fazer a campanha contra a prostituição.

É interessante observar a relação de cumplicidade que o periódico tinha, ou demonstrava ter, com os seus leitores. Eram muito comuns, em suas folhas, as cartas com queixas da população a respeito de alguns fatos ocorridos na cidade. Algumas delas eram anônimas ou, como no caso acima, assinadas apenas como “um pai de família”. Não podemos afirmar se haviam sido realmente enviadas pelos leitores, ou criadas pelos próprios redatores do jornal na intenção de criar para si uma reputação de representante do povo fortalezense. O fato é que era grande o esforço feito para publicar as reclamações de seus leitores a respeito das transgressões ocorridas na cidade. Além disso, é interessante observarmos a importância dessa assinatura. O autor da carta não estava defendendo um interesse somente seu, mas das famílias fortalezenses, que eram retratadas como as principais “vítimas” da prostituição. Atendendo ao pedido do leitor, o redator do jornal estaria as protegendo. O próprio jornal se dizia defensor dos bons costumes e das famílias.

Além dessa relação de suposta proximidade com o leitor e do campanhismo realizado, é relevante, ao pensar a atuação do *O Nordeste* em Fortaleza e sua influência naquela sociedade, perceber algumas estratégias realizadas para a sua propagação na cidade e também para a disseminação de seus valores e interesses. Deste modo, faz-se necessário notar práticas como os agenciamentos de compra e venda do periódico, o papel de seus contribuintes e dos próprios párocos sua divulgação. Geraldo Nobre nos traz um exemplo desses agenciamentos, quando diz que “seu êxito [do *O Nordeste*] foi devido, em grande parte, ao empenho com que monsenhor Antônio Tabosa Braga recorreu às famílias católicas, tanto da capital como do interior, para que assinassem o dito jornal” (NOBRE, 2006, p.18).

Assim, a partir das promoções feitas por membros da Igreja, a exemplo do Monsenhor Tabosa, das campanhas, etc., *O Nordeste* ganhava seu espaço na sociedade fortalezense e divulgava os valores católicos, assim como um padrão comportamental civilizado, que deveria ser seguido pelo seu público.

É nesse sentido que, naquele momento, houve nas páginas do *O Nordeste*, uma série de comportamentos combatidos, como a vadiagem, o alcoolismo, os jogos de azar e a prostituição. Os fortalezenses deviam, portanto, agir de acordo com as ideias defendidas pelas elites locais, que estavam relacionadas com a higiene, a saúde e a produtividade para o trabalho.

Percebemos, desse modo, a inserção d’*O Nordeste* na busca pela construção de uma cidade idealizada. Cidade que deveria ser civilizada, higiênica

e ordenada. Assim, passava-se a ideia de que se deveria agir de acordo com os padrões e com as convenções a respeito do que seriam considerados “bons costumes”. De acordo com esse pensamento, a inserção da civilização na cidade aconteceria a partir do controle do comportamento da população.

Pelo que observamos, a partir da leitura do *O Nordeste*, os “bons costumes” eram os comportamentos alinhados com a noção de higiene e também com a de ordem e de progresso, mas, principalmente, eram os que estavam de acordo com uma moral católica, a qual era defendida pelos editores do periódico. Para as mulheres, especificamente, era defendido um padrão de comportamento segundo o qual ela deveria priorizar a educação dos filhos e zelar seu lar e sua família, preservando a saúde e o pudor, principalmente das filhas. Já para os homens, significava trabalhar para prover a família e evitar vícios e desordens.

De acordo essa perspectiva, pensamos o citado periódico como ferramenta importante utilizada, tanto pelos seus organizadores como pelos seus leitores, como meio de promover a moralização da população, visto que em suas páginas era divulgada a necessidade de se disciplinar os costumes da população, através de suas notícias, da publicação de queixas e de ocorrências policiais, e também da criação e divulgação das campanhas moralizadoras. Sua linguagem funcionava como um veículo de intervenção social no cotidiano da cidade, na intenção de disciplinar os atos dos fortalezenses.

130

### Referências

BARBOSA, Francisco Carlos J. *A força do hábito: condutas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900 – 1930)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFC. Fortaleza, 1997.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 12ª ed., São Paulo: Companhia das letras, 2006.

COSTA, Raul Max Lucas da. *Tensões sociais no consumo de bebidas alcólicas em Fortaleza (1915 – 1935): trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras*. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2009.

BRASIL. Dec. nº 847, de 11 de outubro de 1890.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, (1840-1890)*. São Paulo: Editora brasiliense. 1988.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FURTADO, Tânia Cristina Tavares de Andrade. *O Nordeste: trajetória de um jornal católico*. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990. 81p.



LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão (et. al.). 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Janilson Rodrigues. *Em defesa da fé e da família: intelectualidade católica e as estratégias para o restabelecimento de um padrão comportamental em fortaleza (1936 – 1941)*. Dissertação (Mestrado em História e Culturas). UECE. Fortaleza, 2013. 153 p.

NOBRE, Geraldo. *Introdução à história do jornalismo cearense*. Edição fac-similar, Fortaleza: NUDOC/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

O NORDESTE. Fortaleza, 1922 – 1927.

PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. *Não esperamos só pela ação do governo, a calamidade é pública. A atuação do jornal O Nordeste no combate à lepra em Fortaleza (1922-1930)*. Monografia (graduação em História) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, Fortaleza, 2013. 94 p.

PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque – reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 3ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.

RICARTE, Alyne Virino. “O Nordeste” na década de 60: das mudanças estruturais e ideológicas ao fechamento do jornal. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. Anais eletrônicos. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/O%20Nordeste201d%20na%20decada%20de%2060.pdf>. Acesso em 20/05/2014.

ROSA, Ana Lúcia Gonçalves. *Passos cambaleantes, caminhos tortuosos: beber cachaça, prática social e masculinidade – Recife/PE – 1920 – 1930*. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2003. 122 p.

SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

TARDE, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.